

O Pensamento Econômico de Roberto Simonsen, Caio Prado Júnior e Celso Furtado: desenvolvimento e dependência.

The Economic Thought of Roberto Simonsen, Caio Prado Júnior and Celso Furtado: development and dependence.

Sarah Regina Nascimento Pessoa ^{1a}

Sylvio Antônio Kappes ^{2b}

Resumo: Ao estudar a história do pensamento econômico brasileiro, não se pode deixar de referenciar os trabalhos de Roberto Simonsen, Caio Prado Júnior e Celso Furtado. Suas obras apontam para um rico campo de discussão. Tal riqueza se apoia nas distintas metodologias, categorias analíticas, conceitos e approach teóricos para interpretar a formação e a evolução da economia brasileira. Este trabalho tem como objetivo realizar uma análise comparativa das narrativas desses autores, tendo como base as seguintes categorias: mercado, estado e capitalismo. Revisitar tais pensadores faz-se necessário, na medida em que os desafios de uma economia subdesenvolvida e dependente se mantêm atuais.

Palavras-chave: Desenvolvimento Econômico; Dependência; Roberto Simonsen; Caio Prado Júnior; Celso Furtado.

Abstract: The investigation of Brazilian economic thought cannot be complete without to refer the works of Roberto Simonsen, Caio Prado Júnior, and Celso Furtado. His works point to a rich discussion field supported by different methodologies, analytical categories, concepts, and theoretical approaches to analyze Brazil's economic history. This paper aims to compare their narratives, based on the following categories: market, state and capitalism. As long as underdevelopment and dependence condition remain, the need to re-examine this literature is current.

Keywords: Economic Development; Dependence, Roberto Simonsen; Caio Prado Júnior; Celso Furtado. **Classificação JEL:** B30; N01

^{1a}. Professora Adjunta da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Alagoas. Email: sarah.pessoa@feac.ufal.br

^{2b} Professor Adjunto da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Alagoas. Email: sylvio.kappes@feac.ufal.br

1. Introdução

A investigação sobre a obra dos Intérpretes do Brasil integra um amplo e rico campo de discussão acadêmica. O pensamento social brasileiro no fim do século XIX e início do século XX – através de Francisco Varnhagen, Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, Oliveira Viana, entre outros – buscou entender a identidade brasileira, levantando questões como: o que é o Brasil? Qual o significado de ser brasileiro? Quais as razões do atraso do Brasil e como superar os gargalos? Para onde caminha o país?

A partir dos anos 1930 até o fim do processo de substituição de importações, visualizou-se um momento de grande impulso das interpretações do Brasil, com obras de maior robustez teórica. Reis (2002, p. 10) assinala: “Interpretar é atribuir sentido a um mundo histórico e determinado em uma época determinada”. É sabido que cada historiador elabora suas perguntas de pesquisa, utiliza-se de diversas fontes e técnicas, apoia-se em conceitos, problemas e documentos. Portanto, tem-se que o conhecimento histórico pode ser aprofundado pelas diversas abordagens e pelo refinamento metodológico ao trabalhar as fontes.

O presente trabalho se propõe a realizar uma comparação das narrativas históricas de Roberto Simonsen, Caio Prado Júnior e Celso Furtado, com base em três categorias: mercado, estado e capitalismo. Este estudo visa contribuir com a área de história do pensamento econômico, através da sistematização das interpretações dos autores supracitados, qualificando suas posições e críticas sobre as três categorias anteriormente delineadas. Para isso, o trabalho se divide em quatro seções, além desta breve introdução. As seções dois, três e quatro apresentam, respectivamente, os principais argumentos e pontos de discussão de Roberto Simonsen, Caio Prado e Celso Furtado. Por fim, na quinta seção, são tecidas as considerações finais.

2. Roberto Simonsen: desenvolvimentismo e planificação

Roberto Cochrane Simonsen (1889-1948) foi um personagem marcante entre as décadas 1910 e 1940 no cenário econômico e político brasileiro. Reconhecido por sua atuação como industrial e líder classista, ele fundou, em 1933, a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo e tornou-se o primeiro titular da cadeira de História Econômica do Brasil. Juntamente com uma equipe de auxiliares, Simonsen elaborou um tratado que, em 1937, se transformou no primeiro livro de História Econômica do Brasil.

Tal livro é um marco não apenas pelo seu pioneirismo, mas também por ser dotado de tamanha envergadura, abrangência e por reunir dados estatísticos que serviram de inspiração tanto para autores que seguiram, quanto para aqueles que divergiam de sua linha de interpretação.

Simonsen (1969) argumenta que o Brasil tem origem na consolidação de uma colônia de exploração. Para assegurar a base e o rendimento desta, frente à ausência inicial de metais preciosos, os portugueses foram forçados a recorrer à agricultura. Ele deixa claro

que a colonização portuguesa se insere no contexto de formação do sistema capitalista. Em todo o seu período de existência, o Brasil assistiu à manifestação mundial de tal sistema “[...] com suas flutuações e exageros, sentindo a sua repercussão e participando, também, em proporções diferentes, da sua evolução” (SIMONSEN, 1696, p.68). Um exemplo dessa participação foi o impulso à evolução capitalista com as descobertas de ouro. Destaca-se sua importância no surto industrial na Europa e América do Norte, acentuando a divisão internacional do trabalho com a conseqüente criação dos grandes países agrícolas (SIMONSEN, 1969). O caráter capitalista da colonização é reforçado pelo autor ao debater o sistema de donatarias.

Na verdade, Portugal, em 1500, já não vivia sob regime feudal. D. Manuel, com sua política de navegação, com seu regime de monopólios internacionais, com suas manobras econômicas de desbancamento de comércio de especiarias em Veneza, é um autêntico capitalista. Os seus “vassallos” não ficam atrás. (SIMONSEN, 1969, p. 82).

Diante dos elevados custos para ocupar e colonizar as novas terras, a Coroa outorgou grandes concessões para nobres fidalgos, bem como vários direitos políticos. Tais elementos eram indispensáveis, segundo Simonsen, para a empreitada que os aguardavam. Os objetivos econômicos, expressivamente o lucro, é um importante aspecto para realizar a diferenciação. A hereditariedade e os imensos poderes concedidos não são suficientes para emprestar o cunho feudal a todo o sistema.

Na visão de Simonsen (1969, p.139), a escravidão foi uma “[...] das terríveis instituições de que lançarão mão muitos povos, guiados pelos imperativos econômicos”. A concentração de renda é fruto do regime econômico adotado, tendo como consequência o atrofamento do mercado interno. Ao analisar o Estado português, ele evidencia que seus objetivos não estavam em consonância com a “difusão do bem-estar e da cultura pelo maior número, (e pelo) maior progresso distribuído pela maior massa” (SIMONSEN, 1969, p.144). Frente a essa lógica excludente e o perfil de demanda das classes ricas³, não havia possibilidade de se desenvolver internamente um mercado.

A interpretação de Simonsen – que toma as ideias dos ciclos e aplica à evolução da economia brasileira – apresenta uma clara influência da obra de João Lúcio de Azevedo, *Épocas de Portugal Econômico*, de 1929⁴. Curi (2014) argumenta que a narrativa de

³ Tal perfil não gerava estímulos à produção nacional, na medida em que se voltava apenas para a importação de bens de luxo.

⁴ Neste livro, Azevedo (1928) se baseia na divisão da história de “Portugal Absolutista”, que compreende o período de sua formação ao ano de 1842. Azevedo divide sua obra em cinco capítulos, cada um correspondendo a um ciclo. Os dois últimos ciclos correspondem aos ciclos brasileiros. São eles: i) monarquia agrária; ii) ciclo da pimenta da Índia; iii) primeiro ciclo do ouro; iv) ciclo do açúcar; v) idade do ouro e diamantes. Este autor destaca o caráter pouco duradouro da riqueza gerada e o fato de Portugal pouco ter aproveitado – por uma série de motivos – as riquezas geradas pelas conquistas.

Simonsen sobre a economia brasileira é indissociável de seus escritos mais estritamente econômicos. Sua abordagem de ciclos é coerente com o projeto nacionalista-industrialista e lança bases para interpretações posteriores. A ideia de ciclos é central. Como destacado por Saes (2009), não se trata dos ciclos econômicos das economias capitalistas e sim dos ciclos de produção da economia colonial (pau-brasil, açúcar, ouro etc.)⁵.

Sua narrativa é caracterizada por um grande esquematismo. O início do ciclo é marcado apenas pela existência de recursos naturais. A fase ascendente (mais ou menos longa) se estabelece com a exploração destes recursos, por meio do trabalho mobilizado pelo capital. Esta produção se realiza através das exportações e, assim, acumulam-se riquezas. Ao alcançar o auge, tem-se o início do declínio do ciclo. Nesta fase, a riqueza acumulada vai sendo dilapidada, de maneira que, no fim do ciclo, pouco resta daquela atividade que logrou tanta prosperidade (SAES, 2009).

A riqueza gerada por esses ciclos não era permanente. Simonsen argumenta que cada ciclo esgotava as potencialidades desse tipo de economia primária. Por sua vez, a industrialização seria a única via que possibilitaria a "evolução progressista" do Brasil por legar ao país uma riqueza permanente.

Curi (2014) qualifica Simonsen como um intelectual orgânico da burguesia industrial. Como intelectual e político, ele se dedicou à defesa de um projeto de classe⁶. Através de seus tratados econômicos e históricos, um dos seus eixos de atuação é associar a ideia de progresso nacional com o desenvolvimento industrial. Dessa forma, a viabilidade do Brasil como nação passaria pela sua transformação em um país industrializado.

Simonsen também se caracteriza pela defesa de uma política protecionista. Para ele, a adoção de uma política comercial liberal com o tratado de 1810⁷ relegou a colônia a uma posição subalterna na divisão internacional do trabalho: o de produtor de produtos agrícolas. A nova política comercial em um ambiente econômico internacional de mudança da técnica de produção e transporte imposto pela revolução industrial seriam danosos ao progresso econômico brasileiro.

⁵ O livro de História Econômica do Brasil (1500-1820) não trata sobre o período da economia cafeeira. No entanto, no texto "Aspectos da História Econômica do Café" (1938), observa-se a mesma aplicação da análise de ciclos para este período.

⁶ O reconhecimento de Simonsen como intelectual orgânico da classe industrial, segundo Curi (2014), não deve obscurecer as especificidades de seu pensamento, aquilo que o torna mais do que um apologista dos interesses da burguesia industrial. A sua robusta interpretação histórica e a sintonia com o pensamento econômico internacional - de autores como Friedrich List, Mihail Manoilescu, Rodbertus e Wagner e também autores russos como Prokopovitch e Woytinsky - justificam essas especificidades.

⁷ No tratado de 1810 com a Inglaterra, foi estabelecido uma tarifa geral *ad valorem* de 15% sobre as importações de produtos ingleses, 16% sobre produtos portugueses e 24% aos demais. Após a independência política, o governo imperial estendeu esse tratamento para outras nações, sendo modificado em 1844 com o reestabelecimento de maiores tarifas.

No que se refere à formação do Estado politicamente independente, ele destaca a inversão política promovida com a chegada da Corte ao território brasileiro. A administração portuguesa teria organizado uma estrutura de um país já soberano, abrindo o país para o exterior e criando um poder central interno. O autor encontra nessas ações a caracterização de uma nacionalidade brasileira. Por outro lado, já havia, desde o século XVIII, a cristalização de sentimentos no sentido de autonomia brasileira. A estabilização da vida de portugueses em território colonial, o progresso e a formação de capital nesse período, o papel crescente da economia da colônia sobre a metrópole e duas regiões, Norte e Sul, com a formação de uma consciência de autonomia econômica – a primeira pela expansão de suas riquezas e a segunda pelo modo autárquico de vida – formariam o início de uma consciência nacional. Entretanto, a viabilidade de uma nação emergiria somente com a inversão política.

Se a política comercial liberal marcou a evolução brasileira no sentido negativo, a política de imigração atuou na direção inversa. Os fatores externos são preponderantes na explicação de Simonsen sobre o fim do tráfico de escravos, contudo, os resultados alcançados pela economia cafeeira paulista foram essenciais para a transição do trabalho servil para o livre.

Para Simonsen (1973, p. 210), a superioridade comprovada dos trabalhadores imigrantes livres sobre o trabalho servil negro, aos olhos dos lavradores paulistas, fez com que esses “empenharam-se no incremento da imigração e aguardaram, sem temor, a abolição da escravidão”. Além disso, leis provinciais, associações de auxílio ao imigrante e políticas de estímulo regionais à imigração foram sistematicamente implementados. Por turno, as lavouras já em decadência do Vale do Paraíba veriam o processo de seleção acelerado pela abolição da escravidão.

A abordagem de Simonsen (1973) fundamenta a transição entre os modos de trabalho pelo “progresso material da civilização”. Desse modo, a abolição e o desencadeamento dos fluxos migratórios para o abastecimento do mercado de trabalho livre estariam relacionados na mesma linha de evolução histórica. Como consequência da utilização da mão de obra imigrante europeia nas lavouras de café, seria diminuída a relevância do trabalho servil. Com isso, o quadro econômico – de expansão e consolidação da economia cafeeira no oeste paulista – foi um elemento fundamental na transição ao trabalho assalariado, tendo em vista a evidência da possibilidade de a cultura prosperar com o colono europeu.

Antes do progresso material refletido na viabilidade do uso do trabalho livre imigrante na lavoura cafeeira, não havia interesses econômicos para o fim da adoção do trabalho servil⁸. Assim, esse autor tece críticas às análises que apontam para uma abolição

⁸ “No Brasil a ideia emancipadora era pregada pelos espíritos liberais, movidos por sentimentos de respeito à liberdade humana” (SIMONSEN, 1973, p. 258).

lenta e tardia no país, a qual se consideraria os progressos imprescindíveis no campo material a serem alcançados para viabilizá-la economicamente.

Quanto à análise da evolução industrial no Brasil, Simonsen (1973) destaca como principal elemento a desvalorização cambial crônica. Ele argumenta que este fenômeno reflete os desajustes entre a demanda e a produção interna. Ou seja, enquanto a demanda se caracteriza pela diversificação baseada em produtos agrícolas e industriais, a produção era baseada em produtos primários de voltados ao comércio exportador⁹.

A industrialização resultou, portanto, desse novo contexto, em que se verificou a ampliação da economia monetária, crescimento populacional e do mercado interno. Nas palavras de Simonsen: “A indústria se tem constituído graças às solicitações do consumo, como resultante da impossibilidade absoluta da nação de obter, no exterior, os meios de pagamento necessários à importação” (SIMONSEN, 1973, p. 29)¹⁰. O autor deixa claro que este progresso industrial é, em sua grande maioria, alheio à ação dos governos e à política interna. Ele argumenta que as políticas tarifárias levadas a efeito pelos diversos governos tinham mais um objetivo fiscal do que um propósito protecionista.

O parque industrial brasileiro configurou-se em artigos de consumo imediato, com pouco desenvolvimento da indústria de base. Fora a produção de cimento, produtos químicos e algum instrumental mecânico, a indústria pesada não se desenvolveu de forma satisfatória, de acordo com Simonsen. Uma política adequada para o desenvolvimento de indústrias básicas era o fator essencial para que se promovesse o progresso. O autor se debruça sobre importantes setores, considerados estratégicos em sua visão, tais como: eletricidade, extração de carvão mineral, siderurgia, prospecção de petróleo e cimento. Curi (2014) destaca que, diferente dos outros setores estudados por Simonsen, os ramos da indústria voltados ao mercado interno não tinham caráter cíclico. Ele argumenta que todas as atividades citadas no livro “Evolução Industrial no Brasil e outros estudos” tinham uma evolução incipiente, porém, eram promissoras e independentes das oscilações da economia internacional.

⁹ “Como fenômeno econômico geral, as nossas exportações de produtos agrícolas deixaram de proporcionar poder aquisitivo externo suficiente para pagar os produtos industriais reclamados pelo consumo interno. A baixa do câmbio brasileiro reflete, em grande parte, a situação de desequilíbrio provocada por uma população que cresce e se civiliza continuamente, e que não dispõe de meios de pagamento no exterior, para os produtos que necessita. Essa contínua depressão das taxas cambiais, passou a ser uma forte emulação para o nosso desenvolvimento industrial” (SIMONSEN, 1973, p. 12).

¹⁰ Algumas páginas antes, ele apresenta o mesmo raciocínio: “A nossa indústria surgiu, pois, precipuamente, em suas múltiplas manifestações, das necessidades do consumo, que não se podia abastecer no exterior dadas as deficiências de nosso poder aquisitivo externo” (SIMONSEN, 1973, p. 22-24).

Simonsen (1973) identifica alguns entraves ao desenvolvimento da indústria no país, a saber: baixo número de indústrias pesadas e de base e leis trabalhistas¹¹. No entanto, o maior dos problemas é a baixa capacidade aquisitiva do país. Para ele, a condição de autarquia de boa parte do território nacional, produzindo para o próprio consumo, reduz o tamanho dos mercados internos¹².

O autor, porém, atenua suas preocupações ao argumentar que esse baixo poder aquisitivo pode, por outro lado, representar um enorme mercado de expansão do qual as indústrias brasileiras poderão dispor, mas isso apenas “[...] quando, por uma política econômica adequada e por um esforço conjunto da nação, pudermos alcançar um estágio mais adiantado em nossa evolução econômica” (SIMONSEN, 1973, p. 35).

Dada a importância do tamanho dos mercados no pensamento de Simonsen, aponta-se que a superação do tamanho reduzido este é um dos seus principais objetivos intelectuais. Para ele, “[...] é pelo aumento da produção em geral que temos de obter o aumento do ganho médio e, portanto, o aumento do consumo médio por habitante” (SIMONSEN, 1973, p. 61).

É com essa preocupação que Simonsen dá início à famosa controvérsia do planejamento com Eugenio Gudín. Para ele, o Brasil não logrará aumentos expressivos em sua produção através de meios clássicos de política econômica, aqui se referindo às políticas inconsistentes realizadas pelo governo da época e às políticas liberais. Simonsen defende uma outra rota, a do planejamento econômico, para que o Brasil cresça e atinja um nível de vida semelhante ao de países mais ricos. Para ele,

O planejamento é um esforço constante para dirigir a energia humana, objetivando uma finalidade racionalmente predeterminada. É uma técnica, um processo, uma metodologia, e não um sistema de governo. Como tal, pode ser adotado em toda e qualquer forma de governo (SIMONSEN, 2010, p. 154).

Simonsen não vê contradição entre planejamento econômico e democracia. Segundo o autor, o planejamento, feito em um regime democrático, “[...] tem que ser elaborado e executado pelo consentimento consciente das suas forças vivas, sob o controle direto dos órgãos representativos desse regime, da imprensa e da opinião pública”

¹¹ O autor é ambíguo no tratamento dessa questão. Em certo ponto, ele afirma: “O Brasil muito se avantajou na adoção de normas do direito social. A simples enumeração do que aqui já se adotou em poucos anos, não deixará de admirar mesmo aos norte-americanos, tão acostumados a ritmos agigantados de progresso” (Simonsen, 1973, p. 44). No final do texto, porém, ele defende a visão de que todas essas leis atravancam o desenvolvimento industrial do país.

¹² Além disso, Simonsen elencou: “[...] as facilidades de alimentação e a clemência do clima, que permite sensível economia de vestuário, aliadas às restrições internacionais opostas pelos países imperialistas ao comércio de produtos tropicais, limitam, consideravelmente, o estímulo ao trabalho e às possibilidades de empreendimentos agrícolas lucrativos, em vastas zonas brasileiras” (SIMONSEN, 1973, p. 34).

(SIMONSEN, 2010, p. 154). Não há, também, na visão do autor, contradição entre planejamento econômico e propriedade privada, uma vez que o planejamento “[...] cria um ambiente de segurança de tal ordem que facilita o melhor e mais eficiente aproveitamento da iniciativa privada, que está intimamente ligada ao conceito da propriedade” (SIMONSEN, 2010, p. 135).

Para ele, não se trata de escolher entre intervencionismo e liberalismo. Analisando a história, bem como a configuração econômica brasileira da época, ele afirma que sempre há intervencionismo: em diversos setores, o Estado interfere no financiamento, no estabelecimento de preços mínimos e na regularização da produção¹³; em outros, o controle é explícito, como no mercado de câmbio, de crédito, no sistema monetário, na distribuição de energia elétrica e nos principais meios de transporte. Conclui o autor: “Estamos, portanto, diante de uma situação de fato. Não se trata de escolher entre a presença ou a ausência do intervencionismo, mas, sim, entre o bom e o mau intervencionismo” (SIMONSEN, 2010, p. 134).

3. Caio Prado Júnior: as contradições internas e a dependência externa

Para Caio Prado Jr., o capitalismo brasileiro é peculiar, fruto das particularidades do seu processo de evolução. Na construção de seu pensamento, o autor propõe ir além da captação da conformação da economia e sociedade brasileira – baseada na grande propriedade, escravidão e monocultura – pois ela revela apenas a aparência. É a busca da essência que permite compreender sua razão de ser.

O marco interpretativo do “sentido da colonização” é o ponto de partida de sua análise e perpassa toda a sua obra teórica e historiográfica. Para o autor, a colonização portuguesa na América não constitui um fato isolado, já que ela se situa em um contexto de expansão ultramarina europeia. Aponta-se que ela deve ser entendida no quadro amplo de formação e cristalização do modo de produção capitalista, e que foi moldada pela natureza mercantil dos portugueses. Em suas palavras, foi “[...] [a] exploração que deu origem à colonização e ao Brasil” (PRADO JÚNIOR, 1972, p.37).

Em síntese, Caio Prado Júnior aponta que tal sentido toma o aspecto de uma vasta empresa comercial destinada a explorar os recursos naturais em proveito do comércio europeu. Dessa forma, a formação brasileira tem como base o caráter mercantil, com interesses voltados para fora do país¹⁴.

Torna-se importante destacar que Caio Prado nega a existência de relações sociais capitalistas na colônia portuguesa. No entanto, ele evidencia o traço “capitalista” das

¹³ Os setores são “[...] café, algodão, açúcar, cacau, borracha, sal, mate, carne e várias outras mercadorias” (SIMONSEN, 2010, p. 133).

¹⁴ “Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto” (PRADO JÚNIOR, 2011, p.31).

unidades produtivas coloniais escravistas. Ao analisar a escravidão colonial brasileira na perspectiva caio-pradiana, os autores Ferrari e Fonseca (2011) argumentam que o caráter capitalista das colônias latino-americanas é desvendado tão logo o “sentido da colonização” imprimia sua evolução. Não se pode afirmar que houve capitalismo nas colônias pois tampouco existia na Europa, contudo, as colônias faziam parte deste sistema à medida em que este se constituía.

Os traços fundamentais da sociedade colonial são: a organização da produção e do trabalho, que tem como consequência a concentração de riqueza; e o caráter comercial voltado “para fora” (PRADO JÚNIOR, 2011). Tal organização é a “célula fundamental da economia agrária brasileira”, que se fundou na grande propriedade, monocultura e trabalho escravo. As duas primeiras são correlatas e derivam da mesma causa, a produção de gêneros de grande valor comercial. Por sua vez, o trabalho escravo foi retratado como questão de “necessidade”. Segundo o autor, a posição do colono se impôs desde o início como “empresário de um grande negócio”, que veio para dirigir a grande empresa colonial. A escravidão é, para Caio Prado (2011, p. 288), a “trave mestra” da estrutura colonial¹⁵.

Para além das atividades essenciais, Caio Prado elenca as de “segunda ordem”, são elas: pecuária e subsistência. Este papel secundário marcou profundamente sua formação e evolução, apresentando interferências diretas na subsistência biológica da população. Em sua interpretação, o quadro da vida colonial é marcado por dois extremos : abundância e fome¹⁶.

Em consonância com as conclusões de Aguilar Filho (2019), observa-se que as restrições ao mercado ocorreram pelo lado da demanda e da oferta. No tocante a este último, tem-se que a estrutura produtiva limitou a circulação de mercadoria internamente. Já pelo lado da demanda, a concentração de renda impulsionava o significativo fluxo de importações pelas elites e o baixo consumo pela população. Como resultado, observa-se o atrofiamento do mercado interno e o contexto de pobreza e fome vivido por parte da maioria da população.

¹⁵ Segundo o autor, o escravo foi nessa sociedade uma simples máquina de trabalho bruto, sua contribuição para formação brasileira além da “energia motriz”, foi quase nula. Isto significa que não houve por parte dessa população uma intervenção ativa e construtora e sim um papel totalmente passivo, resultante apenas de sua presença e propagação do seu sangue. Prado Júnior não ignora toda a expressão cultural deste povo, mas aponta que ela foi abafada, aniquilada e, muitas vezes, deturpada pelo estatuto social, material e moral dos colonizadores.

¹⁶ “A população colonial, com exceção apenas das classes mais abastadas, viverá sempre num crônico estado de subnutrição. A urbana naturalmente sofrerá mais; mas a rural também não deixará de sentir os efeitos da ação absorvente e monopolizadora de cana-de-açúcar, que reservara para si melhores terras disponíveis [...] (este é o) quadro característico da vida da colônia: de um lado abundância, propriedade e grande atividade econômica; doutro, a falta de satisfação da mais elementar necessidade da grande massa da população: a fome” (PRADO JÚNIOR, 1970, p.44).

Tal conformação aponta para uma debilidade estrutural da economia brasileira, que não permitiu a consolidação de uma base dinâmica de reprodução capitalista. Como assinala Sampaio Júnior,

(...) o ponto fundamental de sua argumentação [Caio Prado] é que a extrema instabilidade do processo de mercantilização das economias periféricas não permite que o mercado interno se afirme como horizonte de acumulação e como instância de validação social do circuito de valorização do Capital (SAMPAIO JÚNIOR, 1999, p.107-108).

Um traço marcante desta economia é a dependência, que se manifesta não só pela incapacidade de criar um mercado interno dinâmico e alinhado com as necessidades da população, mais também pela subordinação na economia mundial (PRADO JÚNIOR, 1972)¹⁷.

A difícil transição entre economia colonial e nacional é um ponto central em sua análise. Para o autor, o caráter colonial subsistiu a todas as mudanças econômicas e políticas – independência política, Proclamação da República, abolição do regime servil, industrialização, etc. Destaca-se que Caio Prado não nega a importância de tais transformações, a economia ascendeu a um novo plano, contudo, o Brasil manterá a posição relativa nessa nova ordem, “[...] de uma área periférica e simples apêndice exterior e marginal dos centros nevrálgicos e propulsores da economia internacional” (PRADO JÚNIOR, 1972, p.55).

A linha interpretativa que permeia a obra deste autor funda-se nas contradições. Dessa forma, sua interpretação sobre a evolução brasileira se configura pela ótica da mudança com continuidade. A análise da independência política do Brasil é um exemplo claro. Ele assinala que a essência dessas transformações deve ser buscada no caráter geral do sistema colonial, o qual não permitiu a formação de um sistema econômico nacional capaz de fornecer a subsistência de sua própria população (PRADO JÚNIOR, 1970). Neste processo estão contidos dois elementos propulsores: a nova ordem internacional, com a emergência do capitalismo industrial; e a frágil capacidade colonizadora de Portugal¹⁸. O

¹⁷ Sob as bases lançadas por Roberto Simonsen, Caio Prado apresenta uma interpretação que relaciona o caráter da economia brasileira com sua evolução cíclica. Assim, os ciclos não seriam vistos como fenômenos isolados, mas como manifestações específicas de um fenômeno mais amplo, determinado pela vasta empresa colonial constituída com o objetivo de explorar recursos da colônia.

¹⁸ Tal fragilidade está alinhada com a fraca atuação da Coroa portuguesa na colônia. Segundo o autor, o Brasil não constituiu uma unidade para efeitos da administração metropolitana. A primeira presença do Estado português (com estrutura administrativa e instrumentos coercitivos) foi no período de expansão da atividade aurífera, que tinha por objetivo maximizar a exploração da colônia. Para Caio Prado, tal experiência foi caracterizada como “inepta e ineficaz”, tendo em vista que não foi capaz de promover crescimento e uma melhor qualidade de vida para a população (PRADO JÚNIOR, 1970).

resultado foi um novo equilíbrio econômico e político, com a organização do Estado nacional integrado ao capitalismo.

A ausência de participação das classes populares neste processo de transformação evidencia o caráter de “arranjo político”. Em suas palavras: “A Independência brasileira é fruto mais de uma classe do que de nação tomada em seu conjunto” (PRADO JÚNIOR, 1933, p.50), caracterizando, assim, uma “inorganicidade” das massas populares. Percebe-se que, mesmo com as mudanças, há continuidade da antiga ordem, dada a manutenção das classes dominantes e de determinadas formas de relações sociais. Aponta-se como consequência a consolidação de um Estado centralista e escravista¹⁹.

O fim do tráfico de escravos (pilar do sistema colonial) em 1850 representou a uma segunda etapa de transformações que remodelou profundamente a vida do país. Mesmo com a independência já concretizada, tal pilar precisaria ruir para encerrar a fase de transição que se estendia desde a transferência da corte portuguesa em 1808. Completava-se as reformas e ajustes necessários para a integração do país a uma nova etapa de desenvolvimento²⁰. Consolidando, assim, o Estado-nação e representando um novo equilíbrio econômico e social, de modo a acalmar agitações sociais e políticas desse período²¹.

No vulto deste novo equilíbrio está a expansão e o progresso da economia cafeeira, juntamente com o agravamento da questão da mão de obra; e a Proclamação da República. Na análise caio-pradiana, a mudança de regime não passou de um golpe militar com participação de reduzidos grupos civis e sem nenhum engajamento popular. Entretanto, destaca-se a mudança na estrutura estatal, que se transformou para ser condizente com a nova ordem.

As profundas mudanças no processo de industrialização brasileiro são analisadas de forma crítica pelo autor. Para ele, há um desentrosamento entre crescimento industrial e as necessidades gerais do país. Além disso, diversos setores industriais derivam seus lucros de consumo suntuário, feito por parte pequena e abastada de nossa população (PRADO JÚNIOR, 1970)²².

¹⁹ “O império independente, que sob muitos aspectos não será mais que um prolongamento da situação anterior” (PRADO JÚNIOR, 1970, p.147).

²⁰ Uma das consequências deste processo é o desenvolvimento do mercado interno. Por conseguinte, a imigração apresentou um papel dinâmico ao promover uma elevação das aspirações e exigências populares (PRADO JÚNIOR, 1972).

²¹ “Ela será o último toque desta série de reformas consideráveis que se sucedem desde aquele momento e que modificariam tão profundamente o país, tornando-o de colônia inteiramente submetida ao exclusivismo mercantil da metrópole portuguesa em Estado soberano, aberto à livre concorrência internacional (PRADO JÚNIOR, 1970, p. 153).

²² “Em suma, o problema da indústria brasileira está sobretudo na natureza de seu mercado, que não é apenas quantitativamente acanhado, por força do baixo padrão dominante no país, mas sobretudo

O imperialismo²³ é uma categoria importante para entender tal interpretação. Dado a “dependência e subordinação orgânica funcional” da economia brasileira, a penetração do capital financeiro internacional “(...) far-se-á imediata e como que automaticamente, sem resistência alguma, em fácil campo para suas operações” (PRADO JÚNIOR, 1970, p.297).

No sistema imperialista²⁴, o Brasil ocupa uma posição secundária, e o desenvolvimento de sua economia são reflexos de mudanças nos objetivos do capital internacional. Uma restrição ainda mais grave é sobre o progresso tecnológico do país, dada a ausência de pesquisa técnico-científica própria e autônoma. Segundo o autor, “(...) não é com empreendimentos imperialistas que podemos contar para um real desenvolvimento [...] o que os empreendimentos imperialistas determinam [...] é uma deformação e amesquinamento do que deveria ser o nosso processo de industrialização” (PRADO JÚNIOR, 1970, p. 358).

Na visão de Caio Prado (1954), os obstáculos para superação do caráter colonial estão no capital financeiro e na concentração fundiária. Nesse sentido, ele defende uma estratégia revolucionária²⁵ tendo como base a incorporação da massa popular ao mercado interno e a ruptura dos laços de dependência com o mercado.

Tal estratégia parte da compreensão da realidade brasileira e trata-se de um processo gradual. Destaca-se que a socialização das forças produtivas não estava na ordem do dia, tendo em vista que o Brasil não possuía condições para tamanha realização. Para o autor, o socialismo²⁶ era uma questão secundária, sua preocupação estava voltada para

qualitativamente mal disposto e coordenado, por efeito da defeituosa estruturação da nossa economia, que, organizada essencialmente como fornecedora de produtos primários para os mercados exteriores, não se apoia e articula nas necessidades e atividades fundamentais e essenciais da massa da população brasileira e do país em geral” (PRADO JÚNIOR, 1970, p. 362).

²³ “Os países da América Latina sempre participaram, desde sua origem na descoberta e colonização por povos europeus, do mesmo sistema em que se constituíram as relações econômicas que, em última instância, foram dar origem ao imperialismo, a saber, o sistema do capitalismo. São essas relações que, em sua primeira fase do capital comercial, presidiram à instalação e à estruturação econômica e social das colônias, depois nações latino-americanas” (PRADO JÚNIOR, 1966, p. 68).

²⁴ O imperialismo não se define apenas pela inversão em uma atividade ou outra. Ele forma um sistema abrangente de organização econômica mundial, em que tais inversões “[...] não constituem mais que elementos (embora elementos propulsores) de um conjunto que vale sobretudo como conjunto” (PRADO JÚNIOR, 1970, p.305).

²⁵ “ ‘Revolução’, em seu sentido real e profundo, significa o processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e política sucessivas, que, concentradas em período histórico relativamente curto, vão dar em transformações estruturais da sociedade, e em especial das relações econômicas e do equilíbrio recíproco das diferentes classes e categoriais sociais” (PRADO JÚNIOR, 1966, p.2).

²⁶ O socialismo seria resultado da crise do capitalismo mundial, não estando na ordem das transformações políticas concretas.

construção de uma nação (PRADO JÚNIOR, 1966). Contudo, há uma indefinição quanto ao sujeito histórico desta revolução e ausência de um programa político concreto na obra “A Revolução Brasileira”.

O trabalhador rural juntamente com o operariado urbano poderiam ser atores importantes neste processo revolucionário. No entanto, “(...) nas circunstâncias históricas em que se formou o proletariado brasileiro, ocorrem fatores negativos, os quais de certo modo embarçam o estabelecimento daquela aliança” (PRADO JÚNIOR, 1966, p.282). Na Europa, a “proletarização” promoveu o rebaixamento social e piora nas condições de vida do artesão ou camponês, ao transformá-los em assalariados. No Brasil, ocorreu o inverso: em tal processo observa-se um progresso material, financeiro e social para o trabalhador.

A burguesia nacional, por sua vez, era vista com ceticismo por Caio Prado. Ele nega uma divisão da burguesia entre “nacionalista” e “entreguista”. Em sua visão, a segmentação se estabelece pela relação com o Estado. De um lado tem-se o “capital burocrático”, ramo que exerce grande influência na condução dos negócios do Governo e “(...) conta e torna o enriquecimento privado à custa e em função do poder público em verdadeira categoria econômica e forma específica de acumulação capitalista” (PRADO JÚNIOR, 1966 p.192). Por outro lado, tem-se a “burguesia ortodoxa”, que defende a intervenção estatal com vistas a beneficiar o capital em geral, dado a ausência de relações privilegiadas. O capitalismo burocrático²⁷ resulta não apenas no desenvolvimento econômico orientado pelo Estado, mas dada a posição privilegiada no aparato estatal, submete o Estado a monopólios privados e acaba por confundir as ambições de tal grupo com os “interesses nacionais”.

Destaca-se que as críticas deste autor ao capital estrangeiro se voltam para suas práticas monopolistas e não por sua existência em si. A existência de uma política que beneficia grupos privados (nacionais ou estrangeiros) é sua crítica principal. Para Caio Prado Júnior, o Estado tem um papel importante no processo de desenvolvimento econômico e tal função deve ter como objetivo o entrosamento orgânico da economia nacional. Superar o caráter colonial é possível com reformas que reestruturam a economia, para que ela possa ser dirigida “para dentro” e se volte às necessidades da sua população.

²⁷ Visualiza-se na literatura econômica algumas ponderações e críticas ao uso do termo “capitalismo burocrático”. Para Coutinho (1989) e Tavares (1967), Caio Prado se referia ao “Capitalismo de Estado”. Carlos Nelson Coutinho supôs que Prado Júnior desconhecia o conceito e também aponta que o “(...) estoque de categorias marxistas de que se vale Caio Prado Jr. não é muito rico” (COUTINHO, 1989, p.116). Por sua vez, Assis Tavares discorda que o capitalismo de Estado seria um fenômeno específico da sociedade brasileira. Ele também não considera que tal fenômeno seja nocivo, na medida em que o Estado apresenta uma importante atribuição no que se refere ao processo de desenvolvimento econômico bem como na luta anti-imperialista.

4. Celso Furtado: o subdesenvolvimento brasileiro

A categoria “Subdesenvolvimento” é uma das principais contribuições de Celso Furtado à literatura econômica. Para ele, a compreensão de tal fenômeno requeria um esforço específico de teorização, sendo a análise histórica um elemento fundamental neste processo.

Embora não tenha citado Caio Prado no livro *Formação Econômica do Brasil*, Furtado (2001) demonstra uma aproximação com tal autor em vários momentos de sua tese de doutorado. Um exemplo é a incorporação em sua narrativa do marco interpretativo “sentido da colonização”, evidenciando a subordinação da colônia e o caráter destrutivo da exploração comercial que fez transferir “para fora” o centro da gravidade econômica e o grosso dos benefícios do trabalho realizado internamente. Outro ponto de proximidade é a compreensão da unidade de produção como célula social.

Tal como Roberto Simonsen e Prado Júnior, Celso Furtado refuta a aproximação entre capitânicas coloniais brasileiras e as instituições feudais. Ele argumenta que não se deve restringir à sua configuração jurídica, sendo necessário partir da análise dos fatos, ou seja, da realidade das capitânicas como empreendimentos capitalistas. Em sua visão, o que predominou foi o sentido de empresa privada. O donatário, através da mobilização de seus recursos, visava exclusivamente interesses econômicos. Dessa forma, observa-se que o sistema de donatarias estava inteiramente dentro das “normas burguesas” (FURTADO, 2001)²⁸.

O caráter capitalista das donatarias não indica a existência de um modo de produção capitalista na colônia. A análise furtadiana assinala que a colonização impôs uma conformação econômica e lógica de funcionamento predominantemente oposta à capitalista. Em suas palavras: “(...) todo este contexto concorreu para retardar a formação no país de um autêntico espírito de empresa, condição básica do desenvolvimento de uma economia capitalista (FURTADO, 1950, p, 12).

A análise do fluxo da renda na economia primário exportadora corrobora com o exposto anteriormente. Furtado (1954; 2007) destaca a concentração de renda nas mãos dos proprietários dos engenhos e uma elevada capitalização. Parte considerável dessa renda era despendida com bens de consumo importados e apenas uma parcela se destinava a gastos

²⁸“As capitânicas eram simplesmente amplas concessões territoriais feitas a grandes capitalistas para que estes empreendessem a exploração agrícola do país. O objetivo da Coroa era duplo: a) promover a efetiva posse da terra, b) criar riquezas que constituíssem objeto de comércio. D. João III, sabe-se, acresceu as vantagens que tinha em vista inicialmente oferecer, em face do pouco interesse despertado entre os grandes capitalistas pelas terras brasileiras” (FURTADO, 2001, p.83).

com transporte, armazenamento, assalariados dos engenhos e etc²⁹. Uma nova inversão fazia crescer a renda apenas no montante de lucro, já que o custo de reposição e manutenção dessa mão de obra e o valor do produto desse trabalho é lucro para o empresário. Não se transformando, portanto, em elevação da renda da coletividade. O incremento da renda não tinha expressão monetária, tendo em vista que não era objeto de pagamento. A consequência deste caráter colonial foi a dependência financeira externa³⁰ e uma restrição ao desenvolvimento do mercado interno: “O fluxo de renda se estabelecia, portanto, entre a unidade produtiva, considerada em seu conjunto, e o exterior” (FURTADO, 1954, p.76).

Tal conformação estrutural não permitiu que o conjunto das atividades produtivas coloniais se constituíssem em um sistema econômico (FURTADO, 1954). Trata-se de uma constelação de sistemas, em que algumas possuíam algum tipo de interrelação, enquanto outras permaneciam totalmente isoladas.

Na análise furtadiana, observa-se que a categoria fundamental da economia colonial é o caráter escravista e não os ciclos de produção, como na interpretação de Simonsen. A abundância de terras, juntamente à utilização de mão de obra escrava, levou tal economia a se caracterizar pelo crescimento extensivo. Assim, a produção crescia pela incorporação de novas terras e compra de mais escravos, sem que houvesse evolução nas técnicas ou aumento de produtividade.

A estrutura escravista era mantida, estivesse a economia em uma fase de expansão ou em uma contração, pois o custo monetário era mínimo. Ela era capaz de resistir longamente às fases de declínio, sem alterar a sua estrutura. Furtado nega a possibilidade de que um impulso externo originasse um processo de desenvolvimento de autopropulsão. Assim, eternizara-se uma economia exportadora, com riqueza concentrada e pequena dimensão de mercado interno.

Após séculos de imobilidade da estrutura colonial, tem-se que o início do processo de mudança institucional foi desencadeado por elementos externos³¹. A transferência da

²⁹ “A superprodução foi evitada tendo em vista a íntima coordenação entre as etapas de produção e comercialização. Em outras palavras, na medida em que grande parte dos capitais pertenciam aos comerciantes, parte da renda permanecia fora da colônia na mão de não residentes” (FURTADO, 2007).

³⁰ Este último é tão mais grave quanto se efetiva a especialização em um único produto, na medida em que a economia fica “refém” das oscilações de preços no mercado internacional, impactando diretamente sua evolução. Furtado (2001) também destaca outro elemento: a fome. Ao absorver totalmente a escassa e cara mão de obra, observou-se em toda a vida colonial uma carência de alimentos. Quando possível, os alimentos eram importados e a criação de gado foi relegada ao interior do país, que, por sua vez, promovia um abastecimento bastante precário.

³¹ As perturbações políticas na Europa no fim do século XVIII e os conflitos do início do século XIX influenciaram decisivamente os movimentos emancipacionistas na colônia. Esses acontecimentos externos, junto aos acordos comerciais firmados com a Inglaterra em 1810 e 1827,

Corte portuguesa para o Brasil permitiu uma unidade, pois até então os interesses regionais eram mais proeminentes. Assim como Caio Prado, Furtado (2007) pondera que tais transformações estiveram restritas ao campo político, com a independência política. No âmbito econômico, visualiza-se uma continuidade.

Tal ponderação é explicada pelos interesses da classe que assumiu o poder a partir de 1931. Ao contrário de Simonsen, que via a possibilidade de desenvolvimento da economia brasileira, caso tivesse adotado medidas protecionistas em vez das liberais. Furtado (2007) reduz a importância do acordo de 1810 nessa determinação, pois apenas ele não seria suficiente para prover uma transformação profunda da estrutura institucional da economia brasileira. Os interesses do Estado brasileiro eram alinhados com a nação inglesa. O que gerou conflito, culminando no processo de independência política, foi a falta de coerência da aplicação do acordo³². Não havia, portanto, disponibilidade de romper com a estrutura de trabalho servil.

A evolução da economia cafeeira despertou para o início das transformações no lado econômico. Furtado (2007) destaca a emergência dessa nova classe e as alterações na estrutura de poder. O grande diferencial dessa classe dirigente frente à anterior – a açucareira – residiria no modo de sua formação. Sua origem encontrava-se na experiência comercial, por isso, não se isolaram no processo produtivo, deixando as decisões fundamentais da atividade econômica serem tomadas externamente. Pelo contrário, integrariam os interesses das etapas de produção e comercialização, englobando sobre a mesma direção todo o processo, da obtenção dos recursos produtivos à etapa comercial, inclusive considerando dos efeitos da política sobre seus negócios³³.

Para Furtado (2007), não seria o controle do governo que caracterizaria essa nova classe dirigente, mas a sua utilização para objetivos definidos em base de uma consciência de seus interesses. Com isso, a expansão do café garantiria as condições econômicas, através do aumento das exportações e da renda, e políticas, pela formação de uma nova classe dirigente organizada, para o desenvolvimento brasileiro. O problema a ser resolvido

contribuiriam para prolongar as dificuldades econômicas originadas na decadência da economia de mineração no Brasil (FURTADO, 2007).

³² “Resultaram principalmente da falta de coerência com que os ingleses seguiam a ideologia liberal. O tratado de comércio de 1810 [...] constitui, na verdade, um instrumento criador de privilégios. Por outro lado, os ingleses não se preocuparam em abrir mercados aos produtos brasileiros, os quais competiam com os de suas dependências Antilhas. Aplicada unilateralmente, a ideologia liberal passou a criar sérias dificuldades à economia brasileira, exatamente na etapa em que a classe de grandes agricultores começava a governar o país” (FURTADO, 2007, p.145).

³³ “Desde cedo eles compreenderam a enorme importância que podia ter o governo como instrumento de ação econômica. Essa tendência à subordinação dos instrumentos políticos aos interesses de um grupo econômico alcançará sua plenitude com a conquista da autonomia estadual, ao proclamar-se a República” (FURTADO, 2007, p. 172).

seria a mão de obra. Diante do contexto externo de proibição do tráfico, a alternativa encontrada frente à escassez foi, mesmo que de forma gradual, findar o trabalho servil.

O trabalho assalariado do imigrante europeu se constituiria no embrião de uma economia de mercado interno, gerador da integração do setor exportador com o setor de subsistência. Desse modo, os novos fluxos de renda por ele gerados tornam-se fundamentais para as transformações na estrutura econômica brasileira da primeira metade do século XX.

A década de 1930 é um ponto de inflexão na visão de Celso Furtado. Além de sua clássica interpretação do papel da crise de 1929 sobre a industrialização, conhecida vulgarmente como “teoria de choques adversos”³⁴, Furtado também explora outro acontecimento desta época e suas repercussões sobre a indústria. Para ele, “O movimento político de 1930 permitiu renovar as cúpulas dirigentes, afastando os grupos mais diretamente ligados à economia de exportação” (FURTADO, 1964, p. 111).

Celso Furtado não compartilha da visão de continuidade de Caio Prado. A divergência se estabelece porque, na análise furtadiana, a economia tem um caráter colonial se a dinâmica de crescimento estiver atrelada à demanda externa pelas exportações. Portanto, há uma ruptura neste sistema com o processo de industrialização, na medida em que a economia se “volta para dentro”³⁵.

Torna-se importante ponderar que, na análise de Furtado, a industrialização é uma trajetória necessária, porém não suficiente para superar o subdesenvolvimento. Este, por sua vez, é compreendido por meio da desigual difusão do progresso técnico a partir da Revolução Industrial³⁶. A preocupação da teoria do subdesenvolvimento se volta ao caso especial em que os processos sociais de aumento de produtividade e assimilação de novas técnicas não conduzem à homogeneização social³⁷, embora provoque elevação do nível de vida médio da população (FURTADO, 1992).

³⁴ O crescimento industrial foi impulsionado pelo estrangulamento externo (crise de 1929), porém não se resume à sua decorrência. A política econômica governamental de Vargas, mesmo que de forma inconsciente, também contou a seu favor. Getúlio Vargas retomou a política de defesa do café a partir de 1930. Segundo Furtado, ela foi reflexo da pressão dos cafeicultores e também dos *interesses nacionais*.

³⁵ Contudo, Furtado (2001) indica alguns atavismos bloqueadores para a construção de uma sociedade democrática e incluyente, que são: concentração de renda e riqueza; atraso tecnológico e o patriarcalismo.

³⁶ Apoiado na formação histórica do sistema econômico mundial, Furtado (2009) aponta que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são situações históricas distintas, mas que derivam do mesmo impulso inicial e tendem a se reforçar mutuamente.

³⁷ Para Furtado (1992) a homogeneização social está relacionada à satisfação dos membros de uma sociedade as necessidades de alimentação, vestuário, moradia, acesso à educação, lazer e a um mínimo de bens culturais.

Ao passo da compreensão que o subdesenvolvimento tende a se autorreproduzir e que sua superação é dificilmente concebível no quadro de dependência, Furtado (2009) defende que, para romper com os obstáculos estruturais, é necessária uma complexa coordenação de decisões capaz de condicionar os processos econômicos em sua abrangência. Ou seja, sua argumentação aponta para a construção de um projeto nacional conduzido pelo Estado. Ele evidencia que o desenvolvimento é mais que transformação e que comporta um elemento de intencionalidade. Portanto, a superação do subdesenvolvimento pressupõe uma forte vontade política amparada em um amplo consenso social (FURTADO, 1994).

Embora a revisão das ideias subconsumistas como limite ao processo de substituição de importações brasileiro, a defesa pelas reformas estruturais é mantida. Frente ao “modelo brasileiro” concentrador de renda e autoritário, Furtado amplia a concepção do desenvolvimento considerando não só a dimensão econômica, como sociológica e cultural. Destaca-se a defesa do reformismo como uma estratégia de conciliação do desenvolvimento e democracia.

Tem-se que a industrialização produziu uma forma mais complexa de dependência. A modernização gera um desequilíbrio na assimilação dos avanços tecnológicos produzidos pelo capitalismo industrial em favor das inovações que incidem diretamente sobre o estilo de vida. Os dois processos estão apoiados na acumulação. Dessa forma, a inclinação para incorporação de inovações nos padrões de consumo tem como contrapartida o atraso na utilização de métodos produtivos mais eficazes. Furtado (1992) chama atenção que a modernização e modificação nos padrões de consumo não significa superação do subdesenvolvimento.

O Estado tem desafios enormes para traçar o caminho ao “desenvolvimento autônomo” e na construção de uma sociedade justa e democrática. Furtado não ignora a complexidade de tal tarefa e aponta para interrelação com as variáveis políticas e o “sistema de poder”. Somam-se, ainda, os desafios gerados pelo processo de globalização, que promoveu alterações nos centros de decisões nacionais e limitações à ação reguladora do Estado (FURTADO, 2002).

5. Conclusões

Ao analisar a obra dos três intérpretes estudados neste artigo, observou-se que a compreensão do desenvolvimento capitalista brasileiro deve passar por sua formação econômica, social e política. Embora a ênfase dada a tais elementos se altere entre as narrativas, apontou-se que a análise histórica é essencial para compreender as especificidades do processo de evolução brasileira.

Este trabalho buscou apresentar uma análise comparativa das interpretações desses autores sobre mercado, estado e capitalismo. Uma limitação que se impõe desde o início se refere ao período em que estes trabalhos são escritos. Enquanto Celso Furtado e Caio Prado

Júnior são contemporâneos, Roberto Simonsen acompanhou o processo de evolução brasileiro até o fim da década de 1940. Entretanto, isto não invalidou o esforço de sistematizar tais obras.

O ponto de vista de Roberto Simonsen se deu pelo viés do capitalista privado. Por ter contato com um conhecimento econômico pouco teórico, não foi possível destacar um aparato teórico tão claro quanto nos outros intérpretes estudados. Suas discussões se estabeleceram majoritariamente em termos econômicos, que explica o tipo de colonização, a independência política, a mudança de regime de trabalho e a industrialização. Seu pioneirismo se estabeleceu ao apontar que a economia primário exportadora estava fadada a uma evolução cíclica, que esgotava as condições de crescimento; ao elucidar a posição subalterna na divisão internacional do trabalho; ao defender a intervenção do Estado e uma política protecionista; e ao defender a industrialização, coloca-o como precursor da CEPAL e das ideias desenvolvimentistas.

Podemos destacar que uma das principais contribuições de Caio Prado consistiu em desvendar a origem do capitalismo dependente brasileiro. Para compreender a continuidade do sentido da colonização, torna-se necessário levar em conta que as transformações políticas e econômicas possuem uma unidade dentro das alterações no sistema capitalista. No processo de evolução política e econômica, ele descreveu uma transição pelo “alto”, conferindo um caráter passivo. Isso não permitiu, portanto, a passagem do Brasil colônia para a Nação . Mesmo em outro patamar, ele apontou a conservação da posição secundária do Brasil na “nova ordem econômica”.

Celso Furtado, por sua vez, nos auxiliou a desvendar as especificidades de uma economia subdesenvolvida, ressaltando as restrições ao processo de acumulação e a irracionalidade do progresso técnico, que se baseia na modernização dos padrões de consumo de uma pequena parcela da população. Frente aos desafios do desenvolvimento dependente da economia brasileira, os três autores convergem para a importância do Estado como condutor de reformas que visem à superação de seus principais gargalos.

Por fim, evidenciou-se o potencial da análise comparativa para o estudo da história do pensamento econômico. A despeito das revisões de alguns tópicos de suas interpretações , as obras de Roberto Simonsen, Caio Prado Júnior e Celso Furtado se mantêm como leituras necessárias para a compreensão da dinâmica da economia brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILAR FILHO, H. A de. Enraizamento social do mercado no Brasil: uma abordagem a partir da economia política institucionalista e dos intérpretes do Brasil.

Caderno de Ciências Sociais Aplicadas, Vitória da Conquista, v. 16, n. 27, p. 86-108, jan./jun. 2019.

COUTINHO, C. N. **Uma Via ‘Não-Clássica’ Para O Capitalismo**. In. D’INCAO, Maria Ângela (org.). *História e Ideal: Ensaio Sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CURI, L. F. B. **Entre a História e a Economia: o pensamento Econômico de Roberto Simonsen**. Dissertação (Mestrado em história econômica) – Departamento de História da Faculdade de Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

FERRARI, A.; FONSECA, P. C. D. **A escravidão colonial brasileira na visão de Caio Prado Junior e Jacob Gorender: uma apreciação crítica**. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 161-196, jun. 2011.

FURTADO, C. **A Superação do Subdesenvolvimento**. *Economia e Sociedade*, n.3, dez.1994.

FURTADO, C. **O Subdesenvolvimento Revisitada**. *Economia e Sociedade*, n.1, ago. 1992.

FURTADO, C. **A economia brasileira: contribuição à análise do seu desenvolvimento**. Rio de Janeiro: A Noite, 1954.

FURTADO, C. **Características gerais da economia brasileira**. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, ano 4, n. 1, p. 7-38, 1950.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2009.

FURTADO, C. **Dialética do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

FURTADO, C. **Economia Colonial no Brasil nos Séculos XVI e XVII**. São Paulo: Hucitec, 2001.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Diretrizes Para Uma Política Econômica Brasileira**. São Paulo: Gráfica Urupês, 1954.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução Política do Brasil: colônia e império**. 18. ed. São Paulo: Brasiliense, 1933.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História e Desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro.** São Paulo: Brasiliense, 1972.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil.** 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.

REIS, J. C. **As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC.** 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

SAES, F. A. M. **Industrialização e desenvolvimento na perspectiva de duas gerações de pensadores brasileiros: Roberto Simonsen e Celso Furtado.** In: COELHO, Francisco da Silva; GRANZIERA, R. G. (org.). Celso Furtado e a formação econômica do Brasil: edição comemorativa dos 50 anos de publicação: 1959-2009. São Paulo: Atlas, 2009. p. 90-107.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. **Entre a Nação e a Barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado.** Petrópolis: Vozes, 1999.

SIMONSEN, R. C. **A Planificação da Economia Brasileira.** In: SIMONSEN, R.C; GUDIN, E.; VON DOELLINGER, C. A controvérsia do planejamento na economia brasileira. 3. ed. Brasília: IPEA, 2010. p. 37-50.

SIMONSEN, R. C. **Evolução Industrial do Brasil e outros estudos.** 6 ed. São Paulo: Editora Nacional: Editora da USP, 1973.

SIMONSEN, R. C. **História Econômica do Brasil (1500/1820).** 6. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

TAVARES, Assis. **Caio Prado Júnior e a Teoria da Revolução Brasileira.** Encontros com a Civilização Brasileira. n. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.